

O pensamento do filósofo Álvaro Borges Vieira Pinto (1909-1987) e a reforma da Universidade Brasileira

Michelle Fernandes Lima
Regina Maria Michelotto

Resumo: Este trabalho tem como objeto central de análise da obra *A Questão da Universidade* (1962), escrita pelo Álvaro Borges Vieira Pinto (1909-1987), num contexto de reforma das universidades brasileiras. O olhar para o pensamento político de Álvaro Borges Vieira Pinto, em relação à Universidade, pautou-se na perspectiva metodológica gramsciana. Partindo da ideia de contradição e da compreensão da complexidade que é vida real, buscamos em Gramsci os elementos metodológicos para analisar o autor que é nosso objeto de estudo, não como “natureza humana abstrata, fixa e imutável”, mas expressão da época em ele viveu. A relevância desse artigo pode ser evidenciada pelas críticas feitas por esse pensador à Universidade e às suas proposições que consideramos valiosas para a análise da reforma atual que, diferentemente do movimento da década de 1960, é algo que ocorre por diversos projetos de lei, sem contar efetivamente com a participação das “massas”, como dizia Álvaro Borges Vieira Pinto.

Palavras-chave: Álvaro Borges Vieira Pinto. Universidade. Reforma Universitária.

The thought of the philosopher Álvaro Borges Vieira Pinto (1909-1987) and the Brazilian University reform

Abstract: This paper has as central object of analysis the work *A Questão da Universidade* (1962) written by Álvaro Borges Vieira Pinto (1909-1987) in a context of reform of the Brazilian universities. The look into the political thought of Álvaro Borges Vieira Pinto, regarding the University, was guided by the methodological perspective of Gramsci. Starting from the contradiction idea and of the complexity comprehension that is the real life, we sought in Gramsci the methodological elements to analyze the author who is our object of study, not as “abstract, fixed and immutable human nature”, but as expression of the time when he lived. The relevance of this article can be evidenced by the critics made by this thinker to the University and to his propositions, which we consider valuable to the analysis of the current reform that, differently from the movement of the 1960s, is something that occurs by several legislative bills, without counting effectively on the “masses” participation, as said Álvaro Borges Vieira Pinto.

Keywords: Álvaro Borges Vieira Pinto. University. University Reform.

1 Introdução

No intuito de não apresentar um estudo fragmentado da obra “A Questão da Universidade”, de Álvaro Borges Vieira Pinto, objetivamos, neste artigo, realizar uma análise a partir das principais concepções do autor em relação à universidade e sua reforma, na década de 1960, no Brasil.

O autor afirma, em entrevista dada ao Professor Demerval Saviani (1985), que: “[...] aquele livro foi uma conferência que fiz em Belo Horizonte e depois a diretoria da antiga UNE me pediu para publicar” (PINTO, 1985, p. 20).

O livro também marca os vinte e cinco anos de existência da UNE. Na nota inicial da obra os estudantes afirmam que:

para analisar o problema da universidade no Brasil, ninguém melhor que Álvaro Vieira Pinto. É um pensador e analista profundo dos fenômenos da sociedade brasileira atual – responsável por uma obra original, fecunda, e já vasta, que exprime e registra, fielmente, o seu corpo-a-corpo, já de muitos anos, com uma realidade que ele tem buscado diagnosticar para transformar (PINTO, 1962, p. 5)¹.

Podemos perceber que a obra fomentou os anseios e preocupações dos estudantes com os rumos da universidade na década de 1960. Gramsci (2011) sobre a obra “O Príncipe”, de Maquiavel, faz o seguinte questionamento: “[...] por que Maquiavel escreveu O Príncipe não como um ‘documento’ secreto ou reservado, como ‘instruções’ de um conselheiro a um príncipe, mas como um livro que deveria ser posto ao alcance de todos?” (GRAMSCI, 2011, p. 75). Esse questionamento é respondido por Gramsci, ao dizer que “o livro não foi escrito para ninguém, e, sim, para todos”.

Nessa direção apontada por Gramsci, podemos perguntar: para quem Álvaro Borges Vieira Pinto escreveu essa obra? A quem interessava pensar os rumos da universidade?

A intenção da obra é descrita pelo autor, ao dizer que busca, pela crítica sincera, ajudar no processo de construção da universidade que realmente o povo necessita. A linguagem e o estilo de escrita não se enquadram nos moldes tradicionais de um texto acadêmico, uma vez que é resultado de uma conferência. Não apresenta autores e teorias sobre a universidade, o texto é livre de citações e evidencia a posição do autor em relação aos rumos da universidade.

¹ Esse trecho faz parte da nota inicial da obra.

A seguir, explicitamos as concepções de universidade e reforma, na percepção do filósofo, contidas na obra mencionada.

2 A questão da universidade e sua reforma

Álvaro Borges Vieira Pinto buscou atingir diversos segmentos sociais, estudantes, professores e demais forças políticas. Corrobora com essa observação a seguinte passagem do livro:

será, portanto, a aliança dos estudantes com as demais forças sociais progressistas, os operários e os camponeses, igualmente em luta por abrir caminho contra a resistência de estrutura colonial e desumana, que se encarregará do trabalho mais difícil e penoso em prol da reforma da Universidade. Sem essa aliança não haverá reforma universitária, como sem ajuda das massas estudantis tampouco se fará a reforma agrária ou das relações de trabalho do operariado (PINTO, 1962, p. 18).

Portanto, a questão da universidade não é vista como algo fora das discussões das reformas de base, em pauta naquele período. Sobre esse aspecto, lembremo-nos de Gramsci, quando afirma que a obra de Maquiavel “[...] não era no seu tempo, uma coisa puramente livresca, um monopólio de pensadores isolados, um livro secreto que circulava entre os iniciados [...]” (GRAMSCI, 2011, p. 57). A obra de Álvaro Borges Vieira Pinto também não é um “livro secreto”; tinha um objetivo que visava a uma ação que envolvia diversos grupos sociais. O autor, nessa obra, demonstra a preocupação com uma ação revolucionária a ser realizada.

Gramsci nos orienta que é importante considerar o autor como expressão necessária de seu tempo. E qual o contexto de produção da obra “A Questão da Universidade?”.

Os primeiros anos da década de 1960 no Brasil são marcados pela preocupação com o desenvolvimento do país. A defesa das reformas de base, como já citado, tomou forma nesse contexto: a reforma tributária, a agrária, a bancária, incluindo a reforma universitária. O debate sobre as reformas de base mobilizou trabalhadores brasileiros e outros segmentos, que organizaram congressos, greves e passeatas.

Estava se delineando outro contexto político-social no país, acompanhado de um aprofundamento da crise econômica. As manifestações reformistas, na explicação de Neves (1997), passaram a ser combatida pelos grupos hegemônicos (investidores internacionais, forças armadas, setores do capital nacional, partidos como a UDN e o PR). A autora pontua a

contradição entre os “nacionalistas unificados pelo sonho reformista” e “os partidos e setores da sociedade civil” que se opunham à ideia nacionalista, no período de 1958 até 1964. A obra foi escrita nesse tempo, e é partir desse contexto que podemos compreendê-la.

A discussão sobre o imperialismo ganha destaque nas reflexões de Pinto (1962, p. 11-12):

[...] certas expressões, como, por exemplo, “imperialismo”, não eram apenas cacoetes de linguagem de alguns demagogos, mas uma realidade palpável, que o político progressista sentia na luta parlamentar, o estudante na consciência social e o operário na resistência aos anseios pela melhoria de vida. [...] Este momento merece, com razão, ser chamado pré-revolucionário.

Essa fase, denominada por esse pensador como pré-revolucionária, é caracterizada pela busca de superação do “subdesenvolvimento secular”. É nesse quadro que a reforma universitária precisa ser pensada sob o risco de, no entendimento do autor, cair em discussões acadêmicas, com propostas apenas para aprimorar o ensino. Essa não é uma questão pedagógica e sim política; é uma das teses defendidas por ele.

Pinto (1962, p. 10-11) parte da compreensão de que essa fase:

não é mais representada pela relativa acomodação e tão fácil adiamento da resolução das contradições, mas se marca pela rápida exacerbação das forças contrárias em jogo no cenário social e pela impossibilidade de pactuarem compromissos duradouros. Continuam, é certo, as camadas dirigentes, a fazer todo empenho em obter o apaziguamento geral, e até estão dispostas a concessões, para elas, consideráveis, generosas, conforme acreditam, com o fim de prolongar em boa ordem o seu “direito”, outrora bem mais pacífico, de domínio social.

Esse contexto, marcado por conflitos e tensões, é claramente percebido pelo povo, que começa a desenvolver consciência desses problemas. A luta, especialmente pelas reformas sociais, era urgente e necessária, na visão de Pinto. Os estudantes, nesse contexto, ganham destaque no processo.

Freitas (1998) considera que o debate sobre a reforma universitária aproximou o filósofo brasileiro de “um segmento ruidoso, os estudantes”. Álvaro Borges Vieira Pinto defendia que os estudantes não eram alienados, representavam grande poder social e que poderiam “levar adiante um projeto de institucionalização da verdadeira cultura”.

O autor considera que a Universidade não era motivo de reclamações, porque: “[...] os poucos que a procuravam sabiam antecipadamente que nela conseguiriam entrar e encontrariam o ensino que os habilitariam ao que desejavam ser” (PINTO, 1962, p. 15). Esse cenário se modifica devido à demanda de estudantes que tinham intenções bem diversas daquelas dos alunos

selecionados, que a procuravam no passado, uma vez que, entre os anos de 1946 e 1963, surgem novos delineamentos para o ensino superior, com uma demanda reprimida desde o Estado Novo e a expansão das universidades por meio da igreja católica (BOAVENTURA, 1988). Na visão desse autor, isso onera a sociedade civil e exime o Estado de atender a Educação Superior. Nesse período também observamos a expansão das universidades estatais, muitas vezes pela agregação de faculdades isoladas.

Considerando esses elementos, Pinto apresenta como preocupação fundamental os **alunos que não entram** na Universidade. Para ele, esse é o “[...] ângulo novo e decisivo para a consideração do problema” (1962, p. 24). Apresenta como tese capital do livro a afirmação de que a reforma não diz respeito aos alunos que estão na Universidade, mas aos que não estão, aqueles não puderam ingressar.

Consciente dos dados brasileiros, esse pensador afirma que a universidade, no país, é: “[...] uma peça do dispositivo geral de domínio pelo qual a classe dominante exerce o controle social, particularmente no terreno ideológico, sobre a totalidade do País. Se tal é a essência da Universidade, desde logo se vê que o problema de sua reforma é político [...]” (PINTO, 1962, p. 23). O autor compreende que a universidade era, naquele momento, um mecanismo ideológico utilizado pela classe dominante.

Sobre a relação entre Universidade e trabalho, o autor explica que a educação brasileira passou por mudanças devido às novas necessidades que se colocavam no mundo do trabalho. Considera que o país, na década de 1960, ingressava numa fase “incipiente” da grande produção industrial e criava o reconhecimento, especialmente, pela classe dominante, da necessidade de uma formação tecnológica nas universidades. A ênfase passa a ser a formação de engenheiros, economistas, químicos, arquitetos, enfim áreas que possibilitem o desenvolvimento industrial.

Pinto (1962, p. 137) apresenta críticas sobre essa questão, considerando que:

[...] já não basta à classe dominante comprar a força de trabalho meramente muscular das massas ignorantes, na cidade e no campo, simples animais de carga ou de manejo de instrumentos rudimentares, mas precisa agora comprar a força do trabalho intelectual de homens dotados de um saber difícil de adquirir e socialmente cada vez mais valorizado [...].

Nessa direção, a Universidade assume o papel de atender essas novas exigências, como “cúmplice dócil da classe dominante”. No meio universitário, um grupo defende que a Universidade deve “preparar os alunos para as novas tarefas da sociedade, em rápida

industrialização, dotando-os de conhecimentos técnicos objetivos.” (PINTO, 1962, p. 137). Contra essa posição, outros pensadores, denominados por ele como “retrógrados, latifundiários, obscurantistas”, defendem o ensino humanístico. Essa contradição é positiva para fomentar a discussão, porque coloca em jogo a “quebra das velhas estruturas” e movimenta a universidade. No entanto, a solução da Reforma não está nessa contradição, pois, de qualquer modo, a Universidade assume compromisso com o sistema vigente. A explicação de que “a baixa produtividade do trabalho” é causa dos males do País é, na visão desse pensador, uma ilusão, pois, na verdade, esses males decorrem do excesso de lucro dos que o exploram.

Pinto, explica que essa “valoração” do trabalho que a Universidade começa a proclamar está ligada ao “trabalho assalariado, embora de nível intelectual superior” (1962, p. 138). A Universidade, segundo ele, “não tem condições para se transformar no verdadeiro centro de pensamento que sacuda a alienação que a oprime e, particularmente, esclareça os estudantes sobre o problema do trabalho que terão que executar quando concluírem os cursos”. Por esse motivo, Pinto (1962, p. 139) defende que os estudantes assumam uma posição de destaque para a compreensão do “problema social do trabalho”, e que não se pode esperar dos professores uma formação que permita essa reflexão sobre o trabalho na sociedade capitalista. Nas palavras do autor,

[...] só a massa estudantil está em condições de meditar sobre este assunto, de compreender quanto é fundamental para ela examinar o problema social do trabalho para o qual se prepara nos bancos universitários, e de somar-se às forças sociais que lutam para alterar a deplorável realidade atual, onde o aluno é preparado para ser um pedinte indefenso quando cair nas mãos dos que lhe vão comprar o preparo intelectual, que tanto esforço lhe custou. É inútil, portanto, esperar que a classe professoral advirta e guie convenientemente as massas estudantis no que respeita à questão do trabalho, que, contudo, como se vê, é decisiva. Não pode fazer porque é, ela própria, em parte classe ociosa, infensa ao trabalho real, e, noutra parte classe subserviente aos grupos econômicos espoliadores do trabalho nacional.

Nesse trecho, fica evidente a preocupação do autor em relação à alienação presente na Universidade e à importância dos estudantes discutirem a questão do trabalho, sem perder de vista a realidade do país.

As críticas também compõem a obra quando trata da Universidade e dos valores eternos. Explica que as instituições brasileiras mantêm uma tradição que não pertence a elas. O pensador esclarece outros dois aspectos críticos da universidade brasileira: “Sua inevitável função social

conservadora, e a peculiar natureza das questões ligadas ao provimento de sua cátedra” (PINTO, 1962, p. 69). Ironiza que a Universidade brasileira:

tem que ser necessariamente conservadora, induzindo na sociedade atitudes e comportamentos estáveis, porquanto, não só esse é o resultado que lhe convém, dadas as suas razões de classe, como essa é a prática que decorre das suas convicções ideológicas. Acreditando-se depositária de valores eternos, que só ela sabe quais são, não pode nem renegar esses valores, o que, para ela, significará desfiguração e desonra, nem se modificar nas suas estruturas essenciais, pois qualquer movimento transformador que ensaie põe em risco a estabilidade e imobilidade dos valores que lhe cumpre preservar (p. 69).

Assim, a Universidade no país subdesenvolvido, como já apontamos, exerce sobre a sociedade um efeito “pernicioso” e “ocultador”, pois não se ocupa da função de “preparar” os jovens para um estudo da realidade, nem para a maneira com que podem intervir para a resolução dos problemas.

Ao tratar da alienação, explica que há uma relação entre a questão cultural e econômica, pois essa “nunca vai desacompanhada da outra”. Sobre essa discussão o autor busca analisar os fundamentos desse processo, com intuito de apontar os principais elementos que revelam o caráter alienador das Universidades Brasileiras.

Sobre a questão da cultura, o autor define que o termo refere-se ao conjunto de bens materiais e espirituais criados pelos homens ao longo da história, por meio do trabalho. E faz o seguinte questionamento: “em que medida a cultura se origina na Universidade, nela tem guarida, e aí encontra terreno propício a se desenvolver?” (PINTO, 1962, p. 57). Concebe que, em parte muito reduzida à cultura nasce e se desenvolve por ação da Universidade. Acredita que ela é diferente dos anseios das massas trabalhadoras. A cultura que a Universidade produz é por definição:

[...] a cultura alienada, não por ser de origem externa, metropolitana, em quase todo o seu acervo, como, sobretudo por ser originada da classe ociosa ou aproveitadora, cujos intuítos são, quer conscientemente o saibam quer não, os de reprimir a ascensão das massas. Deste modo, a cultura universitária tem de sustentar uma luta infeliz com a cultura popular autêntica, aquela que está nascendo no seio do povo [...] (PINTO, 1962, p. 58).

Fica evidente sua preocupação em relação à ideia de transplante cultural. O que interessava às universidades, naquele período, era o “saber que importam do estrangeiro”.

Tratando de um trabalho científico, Álvaro Vieira deveria se ater ao que a universidade era no momento? Ou, ao contrário, deveria se preocupar com a sua reforma? Neste caso, ele

entraria na questão complexa do “dever ser”, discutida por Gramsci (2011, p. 35) nos seguintes termos:

[...] trata-se de ver se o ‘dever ser’ é um ato arbitrário ou necessário, é vontade concreta ou veleidade, desejo, miragem. O político em ato é um criador, um suscitador, mas não cria a partir do nada nem se move na vazia agitação de seus desejos e sonhos. Toma como base a realidade efetiva: mas o que é essa realidade efetiva? Será algo estático e imóvel, ou, ao contrário, uma relação de forças em contínuo movimento e mudança de equilíbrio? Aplicar a vontade à criação de um novo equilíbrio das forças realmente existentes e atuantes, baseando-se naquela determinada força que se considera progressista, fortalecendo-a para fazê-la triunfar, significa continuar movendo-se no terreno da realidade efetiva, mas para dominá-la e superá-la (ou contribuir para isso). Portanto, o ‘dever ser’ é algo concreto, ou melhor, somente ele é interpretação realista e historicista da realidade, somente ele é história em ato e filosofia em ato, somente ele é política.

Esse pensador defende a posição de que a universidade precisa ser transformada na “essência”, ou seja: “[...] fazê-la deixar de ser um centro distribuidor na alienação cultural do País, para convertê-la no mais eficaz instrumento de criação de nova consciência estudantil, direta e exclusivamente interessada em modificar a estrutura social antiga e injusta, substituindo-se por outra humana e livre” (PINTO, 1962, p. 16). Mas apoia esse “dever ser” na realidade concreta.

Nas palavras do autor:

[...] basta-nos dizer que o presente estado da realidade brasileira se deve ao fato de ter chegado a um grau inédito de intensidade as contradições que atualmente constituem e comandam o nosso processo nacional, além de terem se modificado, surgindo umas e desaparecendo outras. Até há bem pouco, as tensões entre os polos das nossas contradições permitiam que só em dados momentos se verificassem conflitos mais sérios, de consequências visíveis, como revoluções quarteladas, crises políticas superficiais, etc. (PINTO, 1962, p. 10)

No que se refere à possibilidade de transformação social que se delineava no período em que Álvaro Borges Vieira Pinto escreveu, é importante destacar a categoria *vontade coletiva*, de Gramsci, porque consideramos que pode nos ajudar na compreensão sobre a reforma defendida por Pinto como uma das “facetas” de um problema muito maior.

Essa questão também pode ser pensada para o período que estamos analisando, ou seja, início dos anos de 1960 no Brasil. Grupos de esquerda e diferentes segmentos sociais defendiam a possibilidade de mudança social. Essa almejada transformação se apresentava com nuances diferentes. Alguns preconizavam um reordenamento social sem alterar a base capitalista, outros entendiam que seria necessário um projeto nacional que possibilitasse o desenvolvimento,

superando, assim, o “atraso” econômico, político, social e cultural. E grupos mais radicais lutavam para a superação do capitalismo.

Moraes (2011), ao tratar da esquerda e do golpe de 64, explica que a intelectualidade “progressista” enriqueceu o movimento pelas reformas de base. Em outubro de 1963 foi criado o “Comando dos Trabalhadores Intelectuais” (CTI), com o objetivo de coordenar “os vários campos em que se desenvolve a luta pela emancipação cultural do país – essencialmente ligada às lutas políticas que marcam o processo brasileiro de emancipação econômica.” (MORAES, 2011, p. 53). A questão da luta pela libertação dos laços imperialistas e a necessidade das reformas de base eram temas constantes nas obras de Álvaro Borges Vieira Pinto. Considerando as condições materiais da época, podemos concluir que a concepção de reforma universitária, na perspectiva desse pensador, tem as seguintes teses fundamentais:

- I. A reforma da universidade não é tarefa apenas de natureza jurídica, institucional e pedagógica, mas sim consiste na transformação da sua essência;
- II. A reforma da universidade do país visa antes de tudo a uma finalidade social e política;
- III. A reforma da universidade diz respeito, primordialmente aos alunos que nela não podem ingressar;

Pinto (1962) concebe que a reforma é de caráter social e de execução política. Nas suas palavras:

A Reforma da Universidade tem que ser considerada como ato social, destinado a anular um passado de privilégios, a situação cultural de alienação, a pretensão da aristocracia doutoral, só justificados enquanto o País vivia a fase de sua total dependência e opacidade intelectual, mas agora em franca superação por efeito das transformações materiais ocorridas e das lutas sociais em curso (p. 111).

A principal defesa refere-se à reforma da universidade com vistas à democratização do saber. O autor considera que a essência desse processo consiste em: “[...] impedir a reprodução da classe dominante, a qual tem na Universidade sua fábrica mais importante, no que se refere aos expoentes intelectuais.” (PINTO, 1962, p. 121).

A reforma da universidade é analisada por Pinto na perspectiva da totalidade, não como um simples reordenamento institucional, mas uma mudança social num contexto marcado por mobilizações sociais. Orienta que é importante a luta estudantil observar os seguintes aspectos:

- “Reformar as relações entre a universidade e o restante da totalidade do país” (PINTO, 1962, p. 146);

- Considerar que “[...] a essência do problema da Reforma Universitária é uma contradição externa entre a Universidade, como peça do domínio da classe exploradora minoritária, embora predominante, e o resto da Nação; e não uma contradição interna.” (p. 149);
- Ter mente que “O objetivo verdadeiro da Reforma Universitária tem que ser a alteração das relações externas da Universidade, desligando-a da vassalagem a classe dominante e pondo-a a serviço do povo, enquanto massa trabalhadora.” (p. 150).

Feitas essas observações, é possível apontar as medidas práticas, que partem inicialmente da orientação de que os estudantes elaborem um projeto próprio para reforma, organizem-se para efetivar o projeto a partir de uma luta social, constituam um grupo de pressão social, promovam unidade das forças estudantis e vinculem a reforma universitária com as demais reformas da sociedade.

Em relação às medidas práticas, o autor deixa claro que cabe aos estudantes a elaboração dessas proposições. Seu objetivo se limita a “apreciar aspectos sociológicos da realidade da Universidade” (PINTO, 1962, p. 156). No entanto, aponta algumas indicações importantes. A primeira refere-se ao “cogoverno”, que trata da participação dos docentes e discentes nas diferentes instâncias da universidade, com o número igual de participantes. O autor explica que essa medida contribuirá com mudanças a favor das “camadas populares”. Uma segunda indicação trata da “supressão da trincheira do vestibular”, nas palavras do autor:

a sociedade atual cultiva, como privilégio de classe, a ‘predestinação universitária’. A autêntica democratização do ensino consiste precisamente em extinguir a predestinação universitária. Para tanto, é necessário que o processo educacional, em todas as suas fases, seja franqueado às massas trabalhadoras na totalidade, e estas atravessem, portanto, sem obstáculos intransponíveis os pórticos das Faculdades (PINTO, 1962, p. 159).

A terceira indicação trata da Universidade destinada ao povo, a serviço das “massas” para as “retirar do estado de incultura. O que queremos dizer é que os analfabetos atuais precisam ser os alunos da Universidade futura” (PINTO, 1962, p. 160). No momento atual, afirma o autor, a Universidade “nega o analfabetismo”. Nesse sentido é fundamental ver o analfabetismo como “um momento dialético do mesmo processo cultural ao qual ela própria pertence e, portanto, eliminar a situação educacional inferior e primária, não por se desvincular dela, mas por superá-la dialeticamente” (p. 161). Defende, portanto, uma Universidade para o “povo”, democratizada.

Uma quarta indicação diz respeito à luta contra a “vitaliciedade da cátedra”, superação fundamental para o processo de transformação da Universidade. E a última refere-se ao

“entrosamento das instituições de ensino superior com os centros sociais de produção, fábricas, fazendas, empresas” (PINTO, 1962, p. 161). Considera que o debate em prol da reforma universitária ganhou importante destaque na consciência estudantil nos diversos encontros, debates e seminários realizados por esse grupo, como já explicitamos.

Pinto (1962) questiona os motivos da grande importância que o tema da reforma ganhou no período. Considera que os estudantes percebem:

[...] as insuficiências, as injustiças, as opressões da atual estrutura da realidade nacional, e são levados a indagar a origem desse generalizado estado de insatisfação e por que a sociedade não consegue atender de forma ao menos tolerável às necessidades dos seus membros (p. 9).

Esse estado de “insatisfação” denota o grau de intensidade das contradições da sociedade da época. Nesse contexto os estudantes assumem, na visão de Pinto (1962, p. 13-14):

[...] o comando da luta social por essa reforma, porque apenas eles constituem o instrumento capaz de levá-la a efeito, e igualmente são, pela **práxis** que possuem, a origem das ideias que devem servir para formular tal reforma. Isto se dá porque os estudantes, no embate público entre a parte decadente, embora ainda dominante, e a parte emergente da sociedade, tendem necessariamente a se identificar, como coletividade, no país atrasado, às forças sociais ascendentes, e de modo muito especial, em vista de suas qualificações intelectuais, formam naturalmente nas fileiras da vanguarda de tais forças. Explica-se assim, que sejam os estudantes, e não os docentes, os que se inquietam em promover o movimento que terá por desfecho a reforma universitária [...].

Dessa forma o autor enfrenta o fato contraditório de que os estudantes, em que cujo protagonismo ele deposita tantas esperanças são, em grande parte, advindos das classes dominantes e alunos dos mesmos professores que o autor considera alienados. Percebe-se também que o autor minimiza as diferenças de opinião entre grupos estudantis.

Ao tratar da Universidade e as classes sociais, o autor aponta que as condições de ingresso na Universidade “excluem de modo geral a entrada de elementos da baixa classe média e quase totalmente a classe trabalhadora” (PINTO, 1962, p. 78). A explicação dada socialmente pela exclusão de inúmeros jovens do ensino superior é caracterizada pela falta de preparação dos estudantes. Esse argumento encobre a real explicação para o “*estudantídio*”, denominação dada por ele. O autor trata das condições de ingresso dos jovens na universidade e explica que:

[...] o exame vestibular não representa na verdade um exame nem um concurso de habilitação, mas uma operação de guerra, pelo qual a classe dominante estabelece em torno das Faculdades um “fôgo de barragem”, um cerrado canhoio, a fim de conter a bala, a metralha, o assalto das massas que desejam ocupar a cidadela do saber. Por isso,

um dos objetivos máximos da luta estudantil tem que ser a eliminação dessa manobra de artilharia realizada pelos poderes universitários, único meio de abrir a Universidade ao povo, a quem realmente pertence (PINTO, 1962, p. 80).

O argumento de “má preparação” dos estudantes das classes populares necessita ser colocado em outros termos, ou seja, por que isso se dá? São mal preparados para que? Essas questões nos ajudam a pensar a questão do acesso sob um novo prisma. Pinto (1962, p. 83), assim explica: “[...] é claro que estão mal preparados, pois se foram preparados para não estar preparados!”.

A questão do acesso à Universidade deve ser pensada a partir das condições gerais da sociedade. Nessa direção, o autor observa que os poucos filhos das famílias trabalhadoras que cogovêrno entram na universidade, fazem grandes sacrifícios para alcançar tal desafio. Na visão do autor, “o pai trabalhador” objetiva ver o filho “doutor” para este não ser trabalhador como ele. Nesse sentido, a Universidade contribui para incutir no estudante uma ideia contrária aos anseios da classe trabalhadora. Como os advindos dessa classe são poucos e a classe dominante é, geralmente, diminuta, “o grosso da massa estudantil tem de provir da classe média” (PINTO, 1962, p. 87). Nas palavras do autor:

[...] como esta classe acha-se em rápida transformação, passando a exercer papel cada vez mais ativo no processo do desenvolvimento nacional, em virtude de sua progressiva proletarização, os elementos dela oriundos irão justamente constituir as vanguardas estudantis. Com efeito, são eles os que em primeiro lugar sentem sua inevitável próxima identificação com as massas trabalhadoras, urbanas e rurais.

Cunha (2007, p. 54) trata desse aspecto e considera que os jovens das camadas médias se “rebelaram” contra a ordem social devido à “impossibilidade de elas atingirem os alvos de ascensão social propostas por essa mesma ordem”.

Pinto (1962) também considera que no interior das instituições universitárias se observa o processo de luta de classes. Isso ocorre devido à proletarização da “massa estudantil”. A ideia de “conversão do gentio” estudantil é um dos intentos da Universidade; no entanto:

[...] o processo espoliador exercido pela classe dominante sobre o conjunto do País, operando no sentido de proletarizar imenso número de “pagãos”, impermeabiliza-os à catequese dos missionários catedráticos. O elemento que devia ser convertido torna-se resistente à conversão (PINTO, 1962, p. 88).

O autor entende que não se trata de uma “luta de gerações” nas Universidades, ou seja, os jovens representando a “esquerda” e os professores como “reacionários”, mas um processo de

luta de classes, que não está relacionado com a idade. O “choque de gerações” como argumento para explicar os conflitos em relação à Universidade é “[...] recorrer a uma imagem literária sem qualquer conteúdo sociológico, que não apenas nada explica, como serve de anteparo retórico para encobrir a verdadeira explicação dos fatos.” (PINTO, 1962, p. 90).

O conflito entre professores e alunos no período em questão é explicado pelo autor, como “reflexo” do “antagonismo” entre as classes, que caracteriza a sociedade brasileira. Num país “subdesenvolvido” como o Brasil, a posição de aluno universitário é algo a que poucos têm acesso. Aqueles que conquistaram essa posição, na visão de do autor, ou foi com muito esforço (jovens que pertencem à classe média) ou sem nenhum empenho, como aqueles filhos das “camadas altas” da sociedade.

Explica que os jovens universitários se veem num processo contraditório, em que duas tendências podem ser pontuadas: a primeira, caracterizada pela aliança às classes dirigentes para num “futuro tornar-se sócios dos seus privilégios”; a segunda tendência marcada pela militância em favor da classe trabalhadora.

Isso demonstra que não havia uma homogeneidade de posições entre os estudantes. O autor considera que é possível observar “cisões interiores”. No entanto, a ação dos estudantes pode ser destacada pela participação ativa. Na concepção de Pinto (1962, p. 93):

[...] nas campanhas a favor da independência econômica do nosso País, o apoio à legalidade, quando se viu ameaçada, a simpatia pela revolução cubana, o repúdio às autoridades administrativas totalitárias, obtusas e reacionárias, têm sido sempre vitoriosas, com vexatório silêncio ou recuo das hostes professorais.

Além dessas frentes, o autor considera que a Reforma Universitária é uma luta que parte “**de fora para dentro**”, pela “via política”. A “pregação” da reforma conta com a ação do povo, que também luta pelas demais reformas exigidas pelo país e não pela ação dos “eruditos catedráticos que nela só veem motivo de perturbação do sono.” (PINTO, 1962, p. 95).

O choque entre professores e alunos era evidente, mas também havia, na compreensão desse pensador, um embate entre os alunos. A atuação da UNE:

[...] como poder público na sociedade brasileira, indisputado e irreprimível, tem um significado que ultrapassa em muito o âmbito da questão universitária, pois pertence ao panorama sociológico geral do País. O traço capital revelado pela análise das lutas estudantis na presente conjuntura brasileira consiste em não serem elas travadas em torno de objetivos exclusivamente internos à vida universitária, mas terem cada vez mais caráter político, serem lutas com fins políticos gerais (PINTO, 1962, p. 102).

A divisão entre os estudantes parte dos diferentes objetivos políticos e ideológicos presentes na sociedade que, por sua vez, mostram-se no interior das instituições universitárias. Os estudantes preocupados com a luta política compreendem que a Reforma Universitária não poderia ser realizada sem o apoio das demais forças sociais, que também reclamam por mudanças sociais. Percebem que “[...] precisam se unir aos setores proletários mais politizados, pois seus interesses são os mesmos, - a reforma geral da sociedade - de que a transformação da Universidade é apenas caso particular.” (PINTO, 1962, p. 103).

A ação dos estudantes, no processo de luta política, gera, na classe dominante, preocupação, ou seja, uma ameaça. Para conter essa força política, lança mão de dois caminhos: violência física e a propaganda ideológica.

Outro argumento utilizado refere-se, ao lema “estudante só deve estudar”. Isso indica que a ação dos estudantes gera ameaça, no que se refere à transformação social. Além disso, buscam afastá-los das lutas sociais, afirmando que se trata de uma questão específica da Universidade.

Pinto (1962, p. 105), opondo-se a esses argumentos, considera que no país:

[...] onde imperam as condições econômicas de espoliação e subserviência ao capital estrangeiro, e onde, por conseguinte não estão asseguradas ao trabalho do povo condições humanas de exercício, o que fundamentalmente cabe ao estudante é lutar por conquistar essas condições, para si e para todos os trabalhadores, Ora, esta luta é, por natureza, política.

Considera que estudar é, por essência, a tarefa do estudante, mas isso só ocorre num país onde a “plena humanização do trabalho” exista. Mas num país como nosso, explica Pinto (1962), o estudo assume outro caráter. Os jovens representam a “fração progressista”, pela compreensão que possuem sobre o estado das coisas e pela luta que podem promover juntamente com as demais forças sociais.

Sendo uma luta “política” e não institucional, Pinto (1962) aponta a necessidade de definir os “objetivos práticos da luta do estudantado pela Reforma da Universidade”. Alerta os estudantes que existem objetivos “enganosos”, tais como:

- Reformar a Universidade sem alterar o aparelho de domínio social (p. 146);
- Alterar superficialmente as instituições universitárias, sem considerar o processo de luta pelas demais reformas (p. 147);
- Priorizar mudanças de segunda ordem (instalações, dotações orçamentárias, regime curricular, etc.), em detrimento da mudança do papel da Universidade em relação à realidade total do País (p. 147).

A essência da Universidade, na compreensão de Pinto, não será alterada por mudanças na sua organização, mas pela alteração do conteúdo de classe. Compreende que cada greve estudantil possui um “duplo objetivo”, uma intenção imediata e um meio para chegar a outro fim, “alvo final de toda operação diária da guerrilha”. Alerta os estudantes que o projeto que as “forças de dominação social” vão apresentar se trata de uma proposta “insuficiente, frustrante, alienada e desviadora”, e aponta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (4024-1961) como exemplo da ação governamental no rumo das políticas educacionais. Partindo dessa observação, orienta que os estudantes:

- Elaborem seu próprio projeto de reforma, a partir de uma comissão, que possa revelar a situação das universidades na perspectiva dos estudantes;
- Organizem-se como força política para efetivar esse projeto, não perdendo de vista sua relação com a transformação geral da sociedade;
- Constituam “um grupo de pressão social” para influenciar os “corpos legislativos”, para a adoção de medidas progressistas para a reforma;
- Unam-se em torno de um projeto progressista, numa luta que não é somente dos estudantes, mas de todo povo brasileiro que luta para se libertar das “múltiplas formas de exploração, atraso e dependência”;
- Observem que a reforma deve ser “simultânea e harmônica” com as demais reformas exigidas pela sociedade. Pois não existe, o “problema da Reforma Universitária, mas o da Reforma da Sociedade”.

Os reais objetivos da luta pela Reforma Universitária, portanto, na análise de Álvaro Borges Vieira Pinto, referem-se à sua democratização. Destacando o papel dos estudantes no processo de discussão da Reforma Universitária. Mas e os professores, como são concebidos na análise? Qual o papel deles nesse processo? Poderíamos acrescentar questionamentos sobre os técnicos em educação, porque eles não são mencionados? Eles têm papel na Universidade ou são apenas executores de ordens e determinações dos que detém o poder burocrático e administrativo? Essas questões não são abordadas na obra, mas merecem registro.

Logo no início da obra, Pinto afirma que não tem intenção de atingir “ninguém em particular” e nem muito menos um grupo específico. Quando trata dos professores, os considera como “coletividade” que merece as críticas que lhe são feitas.

Como professor universitário, na cadeira de Filosofia, o autor explica que sua análise parte da:

[...] experiência da realidade, do seu meio, do seu País, interpretada à luz dos modestos conhecimentos filosóficos que conseguiu adquirir ao longo da sua carreira magisterial, que lhe ditaram estas páginas, nas quais somente uma intenção existe: a de ajudar, pela crítica sincera e sem ódios pessoais, a construir a verdadeira Universidade de que o povo brasileiro necessita [...] (PINTO, 1962, p. 8).

Pinto escreve como professor, como membro do ISEB, como próximo do Movimento Estudantil, e apresenta sua posição frente à questão da Universidade, considerando as contradições da época e as condições das universidades, que passam a ser extremamente criticadas por diversas razões, como já apontamos.

Que críticas são apontadas em relação aos professores? O sistema de cátedra é um dos pontos. Pinto questiona a cátedra e a posição dos professores, especialmente em relação aos que consideram a universidade como um “templo” para poucos e sem nenhuma articulação com a realidade. Fica evidente a contrariedade de Vieira Pinto, em relação à proposta tradicional e modernizante, que pode ser representada pelos docentes que defendiam o modelo da Universidade de Brasília (UnB) e por Darcy Ribeiro. Segundo Veiga (1982), Ribeiro defendia a criação de uma universidade que seguisse os modelos de instituições modernas americanas e europeias.

A contrariedade de Pinto pode ser identificada nesse trecho: “a classe dominante estipendia munificentemente a Universidade, [...] quando destina grande parcela da renda nacional para contratar os serviços que lhe vai prestar a mais recente e mais ‘perfeita’ delas, a de Brasília.” (PINTO, 1962, p. 31).

Nas palavras do autor, torna-se necessário que: “[...] de vez em quando, um grupo de estudantes ‘indisciplinados’ se levante em greve por determinado motivo, para que a alta corporação professoral assuma a atitude repressiva, e nestes breves episódios tome consciência de desempenhar efetivo papel político” (PINTO, 1962, p. 63).

A ociosidade é outro ponto de crítica aos professores; nas palavras do autor:

[...] a ociosidade a que constantemente nos referimos como atributo específico do corpo magisterial, precisa ser interpretada pelo ângulo sociológico e não segundo padrões de valoração ética. Possui variável significado, desde o não comparecimento às aulas, a displicência no desempenho delas, até a inutilidade da matéria ensinada. A ociosidade não é um vício moral, mas um comportamento de caráter ideológico. É uma forma de comporta-se o docente, pela qual se omite do debate dos problemas que realmente são vitais para o povo (PINTO, 1962, p. 84).

Questiona a omissão por parte de professores em relação às questões sociais, mas não nega a participação dos docentes no debate sobre a Reforma Universitária; no entanto, considera que cabe aos estudantes a tarefa de liderar esse processo. Afirma que é preciso romper com “o estudo ocioso”, com a “cultura alienada” e “pesquisa fortuita” e se vincular ao povo.

Mesmo tratando os professores como “coletividade”, não significa que não reconheça que certo grupo pode assumir uma posição de “esquerda”, em alguma situação ou problema. Afirma que há os que fazem parte de uma “esquerda eventual, variável” e os classifica em diferentes matizes como:

o frustrado; o ressentido; o brigado com o diretor; o indeciso, que no momento e sem motivo definido vota com uma colega de esquerda; o que se declara homem de esquerda da boca para fora; o bajulador do aluno; o populista; o revoltado com o atual estado das coisas; o preguiçoso, o faltoso e finalmente, o homem de esquerda ideologicamente autêntico (PINTO, 1962, p. 99-100).

Essa oposição, como ele denomina, fica restrita aos embates internos da Universidade, às reuniões e aos debates entre os professores. Aponta também a alienação e o não engajamento da universidade e dos professores com aspectos que precisam ser questionados e superados.

3 Apontamentos finais

Buscamos identificar a posição política de Álvaro Borges Vieira Pinto acerca da Universidade e da Reforma. Podemos observar a defesa de uma reforma para além dos aspectos institucionais, a denúncia do caráter elitista dessa instituição e a colocação do problema da reforma numa perspectiva crítica e radical, posição assumida por muitos estudantes após 1962, por influência de Pinto.

A obra foi escrita num contexto de luta pela superação do subdesenvolvimento, considerado como a contradição principal que necessitava ser resolvida. As críticas que fez à Universidade e as proposições apresentadas são valiosas para a análise da reforma atual, que diferentemente do movimento da década de 1960, é algo que ocorre por diversos projetos de lei, sem contar muitas vezes com a participação efetiva da sociedade civil.

Ao término da investigação, verificamos que sua proposta para a universidade e sua reforma, mesmo circunscrita aos limites e contradições do capital, na década de 1960, nos permite observar que muitas lutas ainda permanecem. Esse pensador defendeu, como proposição

central, a reforma dos conteúdos de classe na universidade. Considera que não se trata de “reformá-la” ou “mudá-la de forma”, mas sim de se criar um “reconteúdo” que possibilite às “massas” o ingresso ao domínio da cultura, a serviço dos seus próprios interesses.

Referências

- BOAVENTURA, Elias. **Universidade e Estado no Brasil**. 1988. Tese. (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.
- CUNHA, Luiz Antônio. **Universidade crítica: o ensino superior na república populista**. São Paulo: Unesp, 2007.
- FREITAS, Marcos César. **Álvaro Vieira Pinto: a personagem histórica e sua trama**. São Paulo: Cortez, 1998.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere: Maquiavel notas sobre o Estado e a Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 3
- MORAES, Denis. **A esquerda e o golpe de 64**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NEVES, Lucília Almeida de. Trabalhadores na crise do populismo: utopia e reformismo. In: TOLEDO, Caio Navarro (Org.). **1964 visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. São Paulo: Unicamp, 1997.
- PINTO, Álvaro Borges Vieira. **A questão da Universidade**. Rio de Janeiro: Editora Universitária, 1962.
- _____. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1985.
- SAVIANI, Demerval. Entrevista com Álvaro Borges Vieira Pinto. In: PINTO, Álvaro Borges Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1985.
- VEIGA, Laura. Os projetos educativos como projetos de classe: estado e universidade no Brasil (1954-1964). **Revista educação e sociedade**, Campinas, n. 11, p. 25 -71, jan. 1982.

Michelle Fernandes Lima - Universidade Estadual do Centro Oeste.
Irati | PR | Brasil. Contato: mfernandeslima@yahoo.com.br

Regina Maria Michelotto - Universidade Federal do Paraná.
Curitiba | PR | Brasil. Contato: rmmiche@uol.com.br

Artigo recebido em: 26 mar. 2014 e
aprovado em: 2 dez. 2014.